



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: FELIPE BECARI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 16 DE MARÇO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Sob a proteção de Deus, na qualidade de membro desta Comissão, declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher do ano de 2022, convocada para hoje, dia 16 de março de 2022, tendo como tema: Passaporte Sanitário na Cidade de São Paulo, nos termos do REQCOM SAUDE nº 69/2021, de autoria do Vereador Rinaldi Digilio.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/), em Auditórios Online, no *link* Auditório Virtual, e pelo canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para a participação na audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 14 de março de 2022. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar. Peço a todos os membros e participantes que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Gostaria de saber se há algum Vereador presente. (Pausa).

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Vereadora Sonaira Fernandes; Deputado Estadual Douglas Garcia; Dr. Rafael Freire, advogado e servidor de carreira da Câmara dos Deputados; Dra. Maria Emília Gadelha Serra, médica; Dra. Akemi Scarlet Shiba, médica e Dra. Flora Goldemberg, médica infectologista.

Damos início à nossa audiência e daremos oportunidade tanto para quem estiver presente como para quem estiver virtualmente por três minutos. Aos que tiverem assento à Mesa ou a algum Parlamentar presente, daremos alguns minutos a mais.

Esta audiência pública tratará do passaporte sanitário na cidade de São Paulo. Como Vereador desta Casa, eu gostaria de deixar primeiramente o meu posicionamento. A partir disso, abriremos a palavra para as manifestações. Pergunto o que é mais seguro: ir a um baile *funk* ou ir a uma escola? Tanto no baile *funk* como no metrô lotado, na plataforma, às seis horas da tarde, ninguém pede esse passaporte sanitário. Mas, nas escolas, temos visto que pais estão sendo ameaçados se não vacinarem seus filhos. De algumas escolas, até nos chegam informações

que crianças estão sendo vacinadas sem o consentimento dos pais. É contra isso que me insurjo nesta audiência, contra algumas incoerências. Festas, baladas, circulação em plataformas de ônibus e metrô não pararam. No entanto, vemos uma implicância muito grande com a obrigação desse passaporte sanitário nas escolas, o que tem incomodado muita gente.

Sobre tudo isso que estamos vivendo, essa desordem social, tenho avisado há muito tempo nesta Casa. Tenho pontuado contrariamente, sabendo que aumentou de forma significativa a quantidade de divórcios, desempregos, falências de empresas por causa da pandemia. E, enquanto esse passaporte vem sendo abolido no mundo inteiro, existe tramitando na Casa um projeto de lei, de autoria de um Vereador do PT, tornando obrigatório o passaporte sanitário. E da mesma forma que existe esse projeto tornando obrigatória essa exigência, também sou autor de um projeto de lei que revoga o passaporte. Deixo bem claro meu posicionamento, e daremos oportunidade nesta audiência para todas as posições e manifestações. No meu ponto de vista, não podemos de forma alguma deixar nossa liberdade ser censurada em nome de um grande controle social. Fica o meu posicionamento, já dando minhas boas-vindas a todos, e a partir de agora irei moderar os debates desta audiência pública.

Passo a palavra ao Deputado Douglas Garcia para sua manifestação.

**O SR. DOUGLAS GARCIA** – Muito obrigado, nobre Vereador Rinaldi Digilio. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Quero parabenizá-lo pela realização desta audiência pública e mandar meu abraço a todos os Vereadores que estão nessa batalha, lutando contra o autoritarismo, contra o totalitarismo.

O passaporte sanitário, de fato, é uma aberração, algo nefasto, vil, violento, que tira das pessoas suas liberdades individuais, suas liberdades fundamentais, seus direitos básicos garantidos não só pela Constituição como pela grande Lei Natural. Precisamos batalhar contra isso, pois é algo que beira o nazismo, o fascismo. Algo semelhante só foi usado em regimes totalitários na História.

O passaporte sanitário é algo tão absurdo que tira das pessoas – até mesmo daquelas que infelizmente estão cegas por causa desse discurso que parece razoável, levando-

as a crer em coisas que não existem, tal como uma espécie de propaganda nazista inculcada em suas mentes, em uma verdadeira neurose coletiva, a ponto de não perceberem o quão violento ele é – seus direitos mais fundamentais, como o acesso à Saúde, o acesso à Educação, o acesso a uma vida plena de direitos civis.

Espero que esta audiência pública realizada nesta Câmara Municipal, a maior Câmara Municipal do País, sirva de exemplo e inspire outras Câmaras a também lutarem contra o passaporte sanitário, uma vez que esta Casa Legislativa é tão importante na luta em defesa das nossas liberdades, pois reflete a vontade da maioria da população paulistana, que é radicalmente contra esse passaporte.

Mais uma vez, meus parabéns, Vereador. Meus cumprimentos como membro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a V.Exa., a todos os Vereadores e à população que está participando neste momento em defesa da nossa liberdade, contra o passaporte sanitário.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado, Douglas Garcia, por sua fala.

Passarei às manifestações dos componentes da Mesa e, em seguida, abrirei a palavras aos inscritos. Inicialmente, cada orador terá cinco minutos para se manifestar. Tem a palavra o Dr. Rafael Freire.

**O SR. RAFAEL FREIRE** – Boa tarde a todos. Meu nome é Rafael Freire. Em primeiro lugar, quero registrar uma observação a respeito do prazo de cinco minutos. O assunto é muito complexo e envolve temas como vida, liberdade e saúde. Então, os expositores, acredito, teriam que ter um tempo maior.

Dito isso, falarei de modo conciso sobre o que está acontecendo. Existe um cenário em que diversas normas jurídicas, diversas normas constitucionais, diversas legislações e tratados internacionais estão sendo descumpridos de forma deliberada, em desrespeito ao princípio da realidade. A realidade dos fatos é uma e a realidade jurisprudencial e normativa, por meio desses decretos e atos que instituem o passaporte sanitário, é outra.

Então, esse descolamento dos fatos vai gerar a responsabilização de cada agente

público, seja Ministro de Corte, seja Presidente de Câmara Municipal, seja Prefeito. Todos vocês que estão cometendo esses abusos, que estão perseguindo o povo brasileiro, por meio de medidas irracionais, vão ser responsabilizados. Por quê? Porque, em primeiro lugar, como todos sabem, a pandemia está acabando. Em segundo lugar, os estudos científicos mostram, cada vez mais, que o número de mortes depois que a vacinação entrou foi maior do que antes da vacina; e a gente está vendo crescente esse número. A gente sabe também, em terceiro lugar, que os efeitos colaterais não estão sendo registrados devidamente; e haverá responsáveis. E a gente também sabe que houve uma manipulação de dados, de palavras, para que a Anvisa, de forma criminosa, sem medo de falar a verdade, de forma criminosa, criasse um registro fraudulento de um medicamento ainda em fase de experimentação.

E todos vocês, senhores, Ministros de Cortes e pessoas que têm utilizado o cargo público para perseguir o brasileiro, de forma desonesta e injusta, vão pagar por isso, porque vocês estão se comprometendo, vocês estão assinando atos, normas, portarias e colocando nome e o CPF de vocês, nos termos do artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que diz que o agente público responderá pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro. Quando o assunto era desconhecido, e vocês ainda não tinham acesso à informação, por não terem lido a bula, por não terem lido os pareceres fraudulentos da Anvisa, vocês poderiam alegar desconhecimento e erro grosseiro. Agora vocês continuam tomando decisões inconstitucionais, ilegais, com base em decisões teratológicas do Supremo Tribunal Federal, que está rasgando a Constituição, de forma clara, e que não está isento de responsabilidade, porque a gente está falando de vidas humanas que estão sendo perdidas e vocês todos vão responder por isso pessoalmente, porque o artigo 20 da mesma lei fala que tanto o órgão controlador quanto o órgão judicial quanto o órgão administrativo responderão pelas consequências práticas da decisão.

Vocês não podem continuar tomando decisões com base em valores jurídicos abstratos, saúde coletiva, bem comum, Saúde Pública, sem determinar o que isso significa, sob o ponto de vista prático da realidade. Vocês precisam justificar os atos de vocês com base em

normas técnicas, em posicionamentos da OMS, que não exige passaporte, que não exige vacinação de crianças, o posicionamento claro do Conselho Federal de Medicina, que não exige passaporte, que não recomenda a vacinação para as crianças, entre outros órgãos técnicos que manifestam como o Ministério da Saúde, que fala que a vacinação infantil é opcional, porque justamente não consta do PNI, e aí um Ministro determinado do Supremo está misturando PNI com PNO em mais uma decisão monocrática teratológica, monstruosa, com total irresponsabilidade e ignorância sobre o mundo da realidade ou, e também ignorância sobre as normas que a gente tem aqui, no País, e vocês estão, cada vez mais, se afundando, botando o nome de vocês lá. Vocês estão colocando o nome e o CPF de vocês em atos normativos inconstitucionais, que está levando o fim da saúde de muitas pessoas. O número de pessoas que estão tendo trombose, AVC, infarto, derrame e vários outros problemas que não estão sendo inclusive devidamente catalogados pela Anvisa e pelas Agências de Saúde dos Estados e dos Municípios; tudo isso vai vir à tona, e vocês, se vocês não recuarem, dessas medidas, vocês responderão, porque vocês estão assinando atos, ofícios circulares. O Ministério Público está acabando com a imagem e a carreira dos membros dos Promotores. Os reitores de universidades estão colocando-se em posição de risco jurídico e vão responder por crimes contra a humanidade e por outros atos de improbidade e também por outros crimes previstos na lei brasileira. É um desrespeito com a população. Vocês restringiram um assunto como esse tão importante em cinco minutos, para que as pessoas falem: “Vocês agem de forma fraudulenta e vocês serão notificados, porque vocês também estão exigindo passaporte sanitário, de forma inconstitucional, e haverá responsabilidade”.

Obrigado pela oportunidade, e que Deus nos dê clareza a todos nós, inclusive aos senhores, para que os senhores vejam o que estão fazendo. A História está sendo contada e os senhores vão estar nela, de forma negativa.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Agradeço a participação. Registro a presença da nobre Vereadora Luana Alves, a quem já passo a palavra, para fazer sua manifestação.

**A SRA. LUANA ALVES –** Perfeito.

Bom dia a todos que estão presentes. Primeiro eu queria dizer que estou feliz em retornar a esta comissão. Como os senhores sabem, foi uma dificuldade para eu conseguir retornar à Comissão de Saúde neste ano. Fico muito feliz de estar aqui nesse espaço, inclusive em poder participar desse debate.

Além de ser Vereadora, sou psicóloga. Trabalhei no SUS antes de vir a esta Casa. Trabalhei nas políticas públicas de Saúde. Sou formada em Saúde Coletiva e Atenção Primária. Então, tenho especialização no campo da saúde coletiva e eu queria muito fazer parte desse debate, porque me preocupa muito o que está acontecendo, preocupa-me profundamente.

O nosso País felizmente é um País que tem, por força da sua própria população e não de nenhum Governo, um histórico de combate a adoecimentos, via imunização inclusive. O Brasil tem um dos mais avançados programas de imunização do mundo inteiro, que erradicou doenças que assolavam a nossa população, como poliomielite e sarampo, diversos adoecimentos que colocavam, por exemplo, os nossos índices de mortalidade infantil lá em cima e que hoje estão em decadência justamente pelo sucesso desse programa, e eu não coloco isso em nenhum governo. Eu coloco isso na força da população brasileira, que sempre lutou pela Saúde Pública e pelos seus direitos.

Hoje o que a gente está vendo infelizmente é uma tentativa de desacreditar o método da imunização, desacreditar o método que salvou e segue salvando milhões, dezenas e centenas de milhares de vidas do nosso País. Hoje a gente corre o risco, corre o risco de ver o retorno de doenças erradicadas, porque existe uma política negacionista, com consequências graves sobre a saúde das pessoas e sobre a vida das nossas crianças e de toda a população brasileira.

Quando a gente fala de política de saúde, de métodos de saúde, pode ser remédio, pode ser vacina, pode ser procedimento, a gente fala das coisas com seriedade. A gente não pode brincar com coisa séria. Quando a gente fala de procedimentos como a vacinação, a gente está falando de método de testagem e foi isso o que foi feito com essa vacina. Prova disso são os números da Covid-19. Prova disso é a maneira como esse adoecimento felizmente tem

mudado o seu comportamento na sociedade brasileira. Foi dito inclusive pelos técnicos do Instituto Butantã que a vacina em si, não é intenção da vacina, ela não impede a doença de acontecer. Ela não impede a infecção pelo vírus. O que ela vai causar é uma reação imune mais eficiente, e eu queria muito que os meus Colegas Vereadores pegassem e tentassem a estudar o que é isso. Uma reação imune mais eficiente significa o quê? Mesmo que a pessoa pegue a doença, ela vai ter muito menos chance de ser internada e de ter uma consequência grave. E é isso o que aconteceu.

Nessa segunda onda que aconteceu agora, na virada do ano, que infelizmente a gente teve, inclusive junto com outro tipo de vírus, que enfim é o vírus da Influenza, o que a gente teve foi claro. Infelizmente a doença se espalhou de uma forma bastante aguda. Então, a gente teve muitos adoecidos, mas a gente não teve nem perto do número de internados e mortos que a gente teve, como a gente teve no começo do ano passado.

Isso, gente, não é opinião, isso é matemática, isso é estatística. Simplesmente a gente teve um número grande de pessoas adoecidas, mas que internaram e morreram menos. Isso é efeito de um processo de vacinação que, felizmente, aconteceu, porque o povo brasileiro lutou por isso. Não foi dado de graça. Lutou por isso e tem tradição de confiança nas vacinas. Tradição de confiança.

Inclusive, muita gente fala aqui – eu consegui ouvir um pouco da fala anterior – da questão de pessoas com adoecimentos que impedem tomem a vacina. O que é verdade. Há pessoas com risco de trombose, há pessoas com riscos de contrair outras doenças e que, por isso, não podem tomar a vacina, Vereador Digilio.

Tem criança que não pode tomar vacina, criança que tem, por exemplo, algum tipo de doença que afeta o sistema imunológico. Esses casos específicos são resguardados justamente quando temos uma proteção vacinal em massa. Quando as pessoas que podem tomar a vacina – que é a ampla maioria delas – são vacinadas e criam uma proteção na própria sociedade e na população.

Então, inclusive para proteger essas exceções, exatamente esses casos das

peessoas que, de fato, não podem tomar a vacina é muito importante que tenhamos um programa de vacinação em massa. Isso é o que eu defendo aqui e, aliás, me preocupa muito esse discurso de desconfiança do método da vacinação em si, do método da imunização em si, porque esse discurso tem consequências graves, tem consequências trágicas que podem não ser para nossa geração, mas é para a outra e para a seguinte.

Portanto, isso eu queria dizer aos senhores. Eu absolutamente sou favorável a comprovante de vacinação para entrar em locais fechados, isso não é passaporte, isso é comprovante, sempre existiu no Brasil. Para você fazer matrícula em escola, a criança tem de apresentar o calendário vacinal infantil. Isso sempre existiu, é tentar colocar aqui um debate que não existe. Pelo amor de Deus, gente!

Eu queria fazer esse debate com seriedade com vocês. Estou aqui muito aberta para escutar, mas sou obrigada a fazer a defesa que precisa ser feita. É isso. E vamos escutar os que estão presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Agradeço a participação da Vereadora Luana Alves. Gostaria de chamar a Dra. Maria Emília Gadelha Serra. A palavra é sua, doutora.

**A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA** – Obrigada, estou aqui, só preciso liberar meus *slides*, por favor. Só um minuto. (Pausa).

**O SR. INÁCIO** – Dra. Maria, boa tarde. É o Inácio da Secretaria, alguma dúvida com relação a esse procedimento do *slide*?

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – A Dra. Maria Emília disse que teve um problema com o computador. Eu posso continuar. (Pausa).

**A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA** – Vou sair e entrar de novo, talvez seja melhor você apresentar.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Vou fazer o seguinte. Vou passar a palavra à Dra. Akemi e logo em seguida eu retorno para a Dra. Emília. A palavra é sua Dra. Akemi.

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – Obrigada pelo convite. É muito importante debatermos esse assunto.

– Apresentação audiovisual.

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – A tela principal está aparecendo, alguém pode me confirmar?

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Positivo.

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – Então, assim, eu sou médica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nós temos feito audiências pelo Brasil todo. Começamos pela Câmara Federal dos Deputados e fomos ao Senado, ao Ministério da Saúde, Distrito Federal, várias assembleias legislativas, e várias câmaras municipais, para falar da questão do passaporte.

Nosso grupo não tem conflitos de interesse. Nosso trabalho é totalmente voluntário. E esse tema interessa a todos: vacinados sem passaporte, pois se a pessoa não tomou a terceira dose ela está sem passaporte, totalmente vacinados e os não vacinados, porque são doses que estão vindo e, portanto, um tema bastante importante.

Temos coisas assim, digamos, conceitos, que precisam ser esclarecidos.

A vacinação iniciou-se depois que os casos de morte já estavam decaindo no colapso da cepa de Manaus, então, pelo cálculo estatístico do Professor Bruno Campelo não foi a vacinação que diminuiu os casos de morte e de hospitalizações, foi a curva natural em si da doença. Não tem correlação estatística, isso aí é matemática, e o passaporte como barreira sanitária não funciona.

Então, nós vemos os dados da vida real: o vírus não usa passaporte, Israel foi o primeiro país que instituiu o passaporte sanitário e, em fevereiro do ano passado, tinha mais de 70% das pessoas vacinadas, e aí os não vacinados não podiam participar, mas os vacinados sim, podiam participar de aglomerações e entrar nos lugares fechados. Seis meses depois, o cenário estava totalmente diferente, ou seja, eles passaram a enfrentar um enorme surto da Delta, que acabou resultando num colapso e, agora, pior ainda, eles tiveram um surto da Ômicron, que é uma cepa variante, então as vacinas estão desatualizadas. Eles estão indo para a quinta dose e, realmente as vacinas já são ineficazes, com o passaporte igualmente ineficaz.

São dados estatísticos, são números.

Comparando com a Nigéria, que não vacinou, mesmo Israel indo para a 5ª dose, eles estavam com casos enormes, e a Nigéria com casos muito baixos. Em Israel, então agora, abandonou o passaporte pela total ineficácia, máscaras com vacinação e passaporte. E no Brasil? Temos 83% da população vacinada e aqui temos a estatística e, simplesmente, o surto da Ômicron foi enorme, maior do que o surto da cepa de Manaus, então, as vacinas e passaporte, isso não tem nenhuma serventia como barreira sanitária, não tem nenhuma, digamos, base científica.

O CDC, no ano passado, já lançou nota que os totalmente vacinados estavam contraindo e transmitindo a doença, isso não foi propagado para a população. Todos os cinco cruzeiros que operam na nossa costa marítima, agora nas festas de fim de ano, seguiram os protocolos, só entrava gente com passaporte, fizeram RTPCR e usaram máscaras, todos os cruzeiros tiveram surto de Covid, então, mais uma prova, no mundo real, que o passaporte é inútil. Vários países estão abandonando o passaporte, as restrições, Reino Unido, Áustria, Suécia, alguns estados brasileiros também já proibiram essa lei do passaporte e, alguns municípios também.

Então os números não batem, isso eu já mostrei. É isso, então: há uma grande confusão, a vacina contra a Covid é um tipo de vacina que foi feita em um mês depois de declarada a pandemia, já tinha vacina para Covid. As vacinas tradicionais que erradicaram varíola e outras doenças são as que foram testadas no tempo correto, foram vistas tanto do ponto de vista da segurança, quanto da eficácia, que são justamente as vacinas da carteirinha e são essas que conhecemos.

As vacinas de Covid são totalmente atípicas, então, assim, elas usam como principal antígeno essa proteína de pico do Coronavírus. A pessoa faz imunidade só para esse pedacinho aqui. Esse pedacinho é que está mutando, por isso, os vacinados estão contraindo e transmitindo a doença, porque não é mais o vírus, está desatualizada as vacinas contra Covid.

A pessoa que pega a doença, ela faz a imunidade para todo o vírus, que são mais

de vinte proteínas. É óbvio que quem pegou a doença não precisa ser vacinado e tem uma imunidade mais robusta. Tem vários estudos mostrando.

As vacinas estão, portanto, desatualizadas, a Ômicron tem mais de vinte mutações, então não é mais aquele vírus, é a proteína *spike* produzida pela Pfizer, então é aquela amostra genética lá de 2020 e nós já estamos com o vírus totalmente diferente.

Aqui, vejam, é um quadro de mutações. Então as vacinas foram confeccionadas com essa amostra genética e nós já estamos com tudo isso de mutação, não é mais o mesmo vírus e, por isso, a ineficácia, e aí todo mundo vacinado está pegando a doença.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Concluindo, por favor.

**A SRA. AKEMI SCARLET SHIBA** – Deixe-me colocar aqui. Sim, elas são experimentais. Isto aqui é um documento do *Clinical Trials*, do governo norte-americano, mostrando que os estudos estão em andamento. A Pfizer vai terminar em 2023; a Coronavac em abril de 2022; a Janssen em 2023; a Pfizer pediátrica em 2026. Quem disse que isso é *fake news* tem que ir até o governo norte-americano e dizer que eles estão mentindo. Esse é um documento dos ensaios clínicos. Então, são experimentais, e a população tem o direito de esperar outros imunizantes que estão em andamento.

Existem erros conceituais. As vacinas contra a Covid foram feitas em muito pouco tempo, são vacinas genéticas e não se comparam às vacinas conhecidas do PNI. Por isso, o PNI para criança não é obrigatório, e a autoridade máxima sanitária, o Ministério da Saúde, informa que a vacinação contra Covid para criança não obrigatória no PNI, do qual fazem parte as vacinas obrigatórias na carteirinha da criança. Não se deve confundir, pois são conceitos diferentes.

Ninguém é contra as vacinas obrigatórias do PNI. Nós estamos falando sobre o experimento e a ineficácia das vacinas contra a Covid.

Obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Eu que agradeço a participação, Dra. Akemi.

Antes de ouvir os componentes da Mesa, eu gostaria de dar as boas-vindas para a

Vereadora Sonaira Fernandes e à sua bebê, Maria Helena.

**A SRA. SONAIRA FERNANDES** – Boa tarde a todos os Colegas. Eu quero agradecer ao Vereador Rinaldi pela pronta disponibilidade em juntos realizarmos esta audiência pública. Daqui a pouco eu vou estar em consulta; graças a Deus, minha filha nasceu bem, e estamos agora em casa nos recuperando. Quero agradecer também a todos os convidados, às pessoas que participam de forma democrática deste momento.

Eu quero iniciar fazendo uma ponderação muito objetiva e clara que nós não estamos falando contra as vacinas. Eu não sou contra a vacina nem a maioria das pessoas que já fizeram ou farão uso da palavra hoje. O que nós estamos discutindo e ao que nós somos inteiramente contra é o passaporte sanitário, que é uma medida autoritária que classifica como cidadão de segunda classe aquele brasileiro que não se sente à vontade para se vacinar.

Passaporte sanitário é ilegal. Essa é resposta do Ministério Público Federal. Portanto, nós não estamos criando narrativa ou *fake news*. E as pessoas que tanto clamam por justiça têm acesso a esses dados, à ação judicial contra o uso dos dados do SUS sobre a vacinação da Covid-19 para impor limitação ao cidadão. A manifestação do Ministério Público foi assinada pelo Procurador da República Ailton Benedito de Souza. Nela, o Procurador assinala que os fabricantes das vacinas alertam que não há comprovação de que a vacinação impeça a infecção pelo vírus, a transmissão a terceiros, sintomas graves ou falecimento da pessoa infectada. Na proposição da ação, a Defensoria Pública da União alerta para o risco de produzir, com o passaporte sanitário, discriminação odiosa, capaz de criar estigmatização ou o alijamento de direitos e liberdades civis.

Como bem esclareceu o jornalista Guilherme Fiuza, passaporte sanitário é uma forma de jogar pessoas na subcidadania. Só se viu algo dessa natureza em regimes totalitários na Europa da década de 1930. O jornalista ainda questiona a razoabilidade disto: “Pode circular quem não está doente? Pode circular quem não apresenta sintomas. Nada disso. Pode circular quem está vacinado, ainda que continue doente. Não querem saber quem está doente, querem saber quem está vacinado”. Portanto, não é uma preocupação com saúde.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o Prefeito Eduardo Paes decretou que as cirurgias eletivas em hospitais não estariam mais disponíveis para não vacinados. Olha só que absurdo! Mesmo que a pessoa teste negativo para a Covid, se não estiver vacinada, será privada de ter acesso a um procedimento de saúde. Na presença da Dra. Akemi e da Dra. Emília, a quem eu quero muito agradecer a pronta disponibilidade de estarem aqui conosco, eu pergunto qual é a razoabilidade disso. Nós percebemos que, de maneira alguma, a questão do passaporte sanitário é uma questão de saúde; muito pelo contrário, é uma questão de controle.

Eu estou preocupada e quero debater sobre saúde e sobre vacina, mas de maneira responsável, e hoje, nesta tarde, nós estamos fazendo isso de forma democrática ao discutir esse tema com pessoas que estão por dentro de tudo que está acontecendo.

Mais uma vez, eu quero agradecer ao meu colega Vereador Rinaldi Digilio, porque nós estamos lutando desde o ano passado para que esta audiência acontecesse na Câmara Municipal. Desde o ano passado, nós estamos lutando contra o passaporte, porque queremos a liberdade, nós queremos que os direitos civis sejam respeitados.

Hoje, Dra. Akemi, eu me sinto aliviada de abrir este espaço para que as pessoas se manifestem, falem e coloquem de fato a condição de que a liberdade é inegociável, de que a pessoa não pode ser tolhida de nenhum direito simplesmente por não estar à vontade para tomar a decisão de receber algo.

Muito obrigada a todos que participam desta reunião nesta tarde. Eu gostaria de estar sentada à Mesa ao lado do Vereador Rinaldi Digilio, gostaria de estar aí para ver esse auditório lotado, com as pessoas realmente participando, mas esse momento com certeza chegará.

Eu agradeço a oportunidade e me despeço, porque eu tenho uma consulta com a minha filha, mas os assessores do meu gabinete estão à disposição para qualquer coisa. Vocês sempre poderão contar com o meu mandato.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigada, Vereadora Sonaira Fernandes.

Eu quero ouvir agora a Dra. Flora Goldemberg.

**A SRA. FLORA GOLDEMBERG** – Presidente, eu também preparei uma apresentação rápida em *slide* que não durará nem cinco minutos. Se for permitido, eu também vou incluí-la na apresentação.

– Oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

**A SRA. FLORA GOLDEMBERG** – Meu nome é Flora. Sou médica formada pela Universidade de São Paulo e infectologista pela mesma universidade e fui convidada para comentar sobre passaportes vacinais e o seu contexto no mundo.

Algumas observações sobre informações passadas nos discursos anteriores. A primeira que eu gostaria de fazer é que as vacinas nunca prometeram a ausência completa de infecção; a promessa foi uma redução do risco relativo de infecções graves e, portanto, uma redução no número de óbitos. Foi muito mostrado números de casos diários de novas infecções, sendo que, na realidade, a nossa preocupação principal, para quem justamente defende uma vacinação em massa, era se houve ou não crescimento muito significativo do número de óbitos comparado ao número de casos novos.

Se a gente for pensar no número de casos novos que houve na época desse último pico, a princípio, se não houvesse vacina, a gente esperaria um número muito maior de óbitos. Essa é a primeira informação que eu gostaria de passar.

Os passaportes vacinais foram propostos no mundo em diversos países, um dos índices do tópico que eu vou conversar, mas que vai ser muito rápido, e aqui há os principais países onde ele foi discutido. Nos Estados Unidos, de fato, ele não foi aprovado. Ele só foi aprovado em alguns estados e a Europa seria o exemplo principal de locais onde realmente foi promovido o passaporte vacinal.

A primeira coisa que eu gostaria de observar é que se a gente discute Covid, a gente está discutindo coisas que mudam muito, muito, a todo momento. Então, se formos pensar no contexto europeu onde tinha alguns países em que a adesão vacinal não era tão substancial, o exemplo que eu prefiro usar é a França. O passaporte vacinal entrou como justamente uma tentativa de motivar populações que não estavam vacinadas. Aqui tem uma lista de todos os

exemplos de passaportes vacinais usados em diversos lugares do mundo. O passaporte foi usado como a tentativa justamente de organizar e oficializar a vacinação e tentar motivar o máximo pessoas que não tinham sido vacinadas a se vacinar.

Uma observação interessante é que na União Europeia houve uma grande discussão de “bom, a gente também não pode barrar o ir e vir de pessoas”. A adaptação que eles fizeram ao passaporte foi que você poderia comprovar vacinação, um teste negativo muito recente ou uma infecção muito recente com tanto que você tivesse completado o tempo de isolamento. Então, acho que essa é uma informação adicional interessante.

Mas voltando àquele ponto que eu tinha falado, como todas as decisões nesta pandemia, elas mudam frequentemente porque a pandemia justamente tem picos e mudanças, novas variantes como uma dinâmica muito, muito, muito relevante.

Comentando sobre isso, o passaporte vacinal não precisaria, por exemplo, ser eterno. Como em Israel aconteceu, houve a colocação do passaporte vacinal, houve um aumento muito significativo da vacinação na população. Passou o período da Ômicron que, sim, teve muitos casos leves e sem o comprometimento importante de pacientes graves ou aumento extremamente substancial com sobrecarga do sistema de saúde em termos de óbito. A partir do momento em que a vacinação já tinha alcançado uma cobertura vacinal muito, muito, muito relevante, os casos já tinham diminuído, como a gente tem visto em outras partes do mundo, já não precisa ser realizado uso de máscaras em ambientes externos. Nos Estados Unidos, agora, em alguns estados, mesmos nos ambientes externos, ela não precisa ser usada nesse contexto de melhora epidemiológica, inclusive pararam de cobrar o passaporte vacinal.

Então, o que eu quero que fique claro é que é uma política extremamente válida; que foi, sim, e ainda é usada em diversos países do mundo, mas que com uma hipotética redução muito significativa de casos, no futuro breve – que é o que todo mundo sonha e deseja que aconteça –, é importante que a gente valide isso, sim, como uma política. Não significa que vai permanecer com uma política eternamente.

Tenho um artigo muito bom que foi publicado no *The Lancet* e fala sobre o efeito da

vacinação mandatória em seis grandes países da Europa e tenta comparar isso com o modelo matemático do que teria acontecido se não houvesse essa solicitação de passaporte vacinal. Só vou comentar porque a gente tem pouco tempo. Mas o que eles avaliaram é que o impacto foi principalmente muito, muito, muito relevante na população jovem, principalmente que por exemplo para baile *funk*, como comentaram anteriormente, seria exigido para grandes aglomerações sociais e isso justamente teria um impacto nessa população jovem que, às vezes, teria um componente de hesitação prévia à vacinação.

Aqui, outro artigo que é interessante e que compara exatamente a taxa de imunização na Lituânia e na Polônia. São dois países com contexto histórico próximo e aí justamente os dois colocaram passaportes vacinais porque no mundo inteiro para viajar, caso alguém tenha alguma dúvida, existe, sim, um sistema de passaporte vacinal e você precisa comprovar a ausência de doença ativa e imunização ou um comprovante médico explicando detalhadamente o porquê você não pode se vacinar.

Na comparação dos dois países houve uma diferença de política pública em relação a Polônia e Lituânia. A Polônia basicamente usou isso para sair do país, para viagens internacionais. A Lituânia realmente usou isso justamente para ir a ambientes fechados, festas, supermercados etc.

Isso teve um contraste importante na taxa de cobertura vacinal da Lituânia. Acho que é interessante justamente isto: é uma das ferramentas que a gente tem para motivar populações a aderirem a uma cobertura vacinal adequada.

Sobre a existência de passaporte vacinal, existe há inúmeros anos o passaporte vacinal mais conhecido por todos que é o da febre amarela. Ele não é para todos os países porque, evidentemente, não existe o risco de infecção pelo vírus da febre amarela em todos os países do mundo, mas isso já é extremamente usado e conhecido. Se eu vou a um país onde a febre amarela é endêmica, eu preciso, conforme norma do próprio país, você não entra no país ou preciso comprovar um documento de vacinação de febre amarela ou eu preciso comprovar, a partir de um laudo médico, que eu não posso receber a vacina. Na febre amarela esse é um

contexto extremamente mais complicado, porque a gente realmente tem um risco adverso vacinal infinitamente relevante que a doença viscerotrópica vacinal.

Então, realmente, para pacientes que não podem receber vacinas de vírus atenuados, esse documento médico realmente é necessário e é fornecido em qualquer CRIE no Brasil.

Então, existe sistematicamente vários exemplos de passaportes vacinais na história. No Renascimento isso já era usado. O primeiro certificado de vacinação internacional contra a varíola e, hoje em dia, o da febre amarela que até hoje é usado.

A última coisa que eu queria falar é sobre o contexto de proteção dos outros. Então, se a gente pensa que tem um paciente hipertenso, eu posso simplesmente deixá-lo comer sal e não aderir às medidas de cuidar da própria saúde porque ele não oferece risco a outros, diferentemente de uma pessoa não vacinada que oferece, sim, risco a terceiros.

Portanto, é importante definir entre saúde individual e justamente o que isso está oferecendo de risco a terceiros se a gente pensa em uma falha de coberturas vacinais sistemáticas. E, é imprevisível o rumo da pandemia neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado pela sua participação, doutora.

A última oradora componente da Mesa, Dra. Maria Emília Gadelha Serra.

**A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA** – Eu me chamo Maria Emília Gadelha Serra. Eu também deixo aqui o meu protesto sobre esse ínfimo tempo de cinco minutos totalmente insuficiente para explicar um assunto tão relevante.

Sou médica há 33 anos, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com pós-graduação em perícias médicas. Venho aqui na condição de médica baseada nesse princípio fundamental do capítulo 1, do Código de Ética Médica, que diz que o médico comunicará as autoridades competentes quaisquer formas de deterioração do ecossistema prejudiciais à saúde e a vida, que é exatamente o que nós estamos vendo.

Não tenho nenhum conflito de interesse a declarar. Gostaria que a médica infectologista que me consta seja residente, atualmente, formada há pouco tempo, que

declarasse posteriormente seus conflitos de interesses.

Falando em conflito de interesse, nós temos aqui essa campanha, esse site da Sociedade da Brasileira de Infectologia em que se pode ver no rodapé o apoio institucional de várias indústrias farmacêuticas fabricantes de vacinas contra Covid experimentais. Então, eu acredito que isso se trata de um caso claro de conflito de interesse que contamina as decisões dessa sociedade e de várias outras sociedades médicas que estão aí promovendo essa vacinação, inoculação experimental.

Sabemos que o Código Civil Brasileiro diz, no seu artigo 15, que ninguém pode ser constrangido a submeter-se com risco de vida a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica. E, também sabemos que qualquer medicamento apresenta evento adverso. Só que os medicamentos são aplicados em pessoas doentes. Aqui, as vacinas também apresentam eventos adversos, só que elas são aplicadas em pessoas saudáveis.

Então, existe uma baixa tolerância e aceitação de eventos adversos de vacinas porque, em geral, são aplicadas em pessoas saudáveis. O que nós estamos vendo é uma confusão e um uso exatamente inadequado do termo vacina contra Covid, porque não se trata de vacinas. Trata-se de produtos experimentais, de terapias gênicas que se usa o termo vacina de forma totalmente inadequada.

Nós vimos a mudança dos conceitos na medicina. Adotar o termo paradigma pandêmico, velocidade pandêmica, dizendo que o tempo e o risco de morrer pela Covid seria justificativa para agrupar as fases clínicas de experimentação. Isso aqui não existe. É inaceitável, não garante segurança desses produtos. Então, quem fala que há um prejuízo do Programa de Vacinação Brasileiro desconhece totalmente. Inclusive a Vereadora e Psicóloga, ela desconhece o risco médico, o risco de vida que esses produtos estão representando para as pessoas.

Então, a fase pré-clínica nos animais é extremamente importante para verificar risco de lesão de material genético, risco de malformações e riscos de tumores. Então, eu desafio a Vereadora Psicóloga e a Médica Infectologista residente a apresentarem os estudos pré-clínicos desses produtos que estão aí sendo ditos como vacina, simplesmente porque eles não existem.

Então, onde está a segurança desses produtos?

Então, eu gostaria também de dizer que a equipe da Anvisa que está autorizando e promovendo a segurança desses produtos, aqui na pessoa desse Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, ele, nesse vídeo que eu recomendo que todos assistam posteriormente, ele diz: “Vamos autorizar o produto ainda em caráter experimental. Precisamos acompanhar o desempenho nessa experiência de uso emergencial”. Então, como a Dra. Akemi já mencionou, todos os produtos são experimentais, estão em curso, há uma isenção de responsabilidade das indústrias farmacêuticas, proteção ao sigilo industrial. A única indústria, no mundo, que não se responsabiliza por lesões ou mortes são os fabricantes de vacinas, estão imunes de responsabilidade. Nós vemos, aqui, a Fiocruz querendo construir um prédio específico para garantir o sigilo desses produtos. Há o contrato da Pfizer reconhecendo que está em fase experimental, garantindo isenção de responsabilidade, inclusive indenização para a Pfizer caso ela seja processada. A Dra. Infectologista também provavelmente desconhece o parecer da Anvisa de 02 de agosto de 2021, que diz aqui no item Incertezas: “Que não há evidências que a vacina da Pfizer previna a infecção e a transmissão do vírus; que não foi possível concluir qual o grau de eficácia da vacina Pfizer contra a Covid grave, e que a eficácia da vacina contra as variantes também não estavam estabelecidas no momento de concessão do registro sanitário, bem como a eficácia e segurança em longo prazo também não foram estabelecidas”. Ou seja, é impossível aceitar esse tipo de parecer que ainda assim concede registro definitivo, baseado nessa história.

Então, o estudo vai terminar no dia 08 de fevereiro de 2024. E nós sabemos que todos esses produtos estão baseados na principal toxina do Coronavírus tipo 2, que é a proteína *spike*. Então, vejam, essa proteína *spike* causa lesão pulmonar, causa lesão endotelial, afeta os marcadores de inflamações, e isso tudo está publicado. Então, é inaceitável alegar desconhecimento ou falsear a informação gerando desinformação para a população e a indução que sejam inoculados com produtos experimentais. Esses frasquinhos aqui, essas armas biológicas, elas precisam ser imediatamente suspensas, né, porque estão causando trombozes,

AVCs, enfartos, miocardite. Eu tenho acompanhado autópsias, vejam isso: uma adolescente de 16 anos. Essa é uma outra pessoa com AstraZeneca, uma mulher jovem, saudável, previamente saudável com uma trombose venosa cerebral.

Então, vejam esse gráfico mostra... Aqui são todas as outras vacinas do calendário norte-americano durante 33 anos, desde a fundação do Banco de Notificações Norte-Americano e aqui apenas um ano de vacinas Covid. Então, temos eventos adversos de vacinas Covid do que todas as outras. Não se pode confundir, induzir isso.

E, para terminar, eu quero mostrar esse documento do Senador Ron Johnson, do Estado Americano do Wisconsin, que mostrou essa estatística dos militares norte-americanos. Está publicado, não é invenção, não é *fake news*. E vejam: aumento de 2.181% dos casos de hipertensão pulmonar; 468% de embolia pulmonar; doenças do sistema nervoso, 1.048% de aumento; neoplasias, câncer de esôfago, 894% de aumento, e infertilidade feminina, aumento de 472%. Então, estamos vendo uma enorme subnotificação dos casos de abortos publicados nas redes sociais e as mães dizem: “O coração do meu bebê parou”. Então, portanto, é inaceitável a obrigatoriedade de inoculação de injeções experimentais, não são vacinas. É inaceitável a obrigatoriedade de exigência de passaporte sanitário. O objetivo disso é controle social, é uma megaoperação bancária recheada de conflitos de interesses de médicos desonestos e antiéticos.

Portanto, isso é um risco, é uma ameaça à segurança nacional do nosso País. Eu espero que os Vereadores de São Paulo tenham consciência da sua responsabilidade, tratando-se do posicionamento do Estado de São Paulo no Brasil.

Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado, Dra. Maria Emília Gadelha Serra.

Eu fico em uma posição de ficar cobrando que termine, porque tem mais de quarenta pessoas aqui inscritas e que também precisam se pronunciar.

A Vereadora Luana Alves pediu para se despedir. Eu peço também que ela faça uma despedida bem rápida, por favor.

**A SRA. LUANA ALVES** – Com certeza. Eu queria agradecer a possibilidade de estar nesta audiência. Queria lembrar que o espaço da Câmara Municipal é um espaço de respeito, é um espaço em que a democracia acontece de uma maneira respeitosa e eu queria pedir aos convidados que se atentem a isso. É uma coisa que eu espero de profissionais formados. Eu espero que aqui se tenha respeito.

Queria dizer que felizmente nós temos, neste País, uma população que acredita na verdade, na realidade. Uma população que simplesmente vê as coisas acontecendo e está mais ligada no chão, nas coisas que acontecem na sua vida do que em narrativas que são colocadas para elas. Então, felizmente, nós temos uma grande maioria da população que está se vacinando. Preocupa-me profundamente, eu vou repetir isso, a queda nos índices de vacinação de todo o calendário vacinal infantil. Nós tivemos uma queda, nos últimos três anos, no Brasil, que é assustadora e isso tem a ver, sim, com discursos que comparam vacina com arma biológica. Isso é irresponsabilidade, isso é preocupante, isso está causando consequências concretas na vida do povo brasileiro. Quando nós vemos essa situação que estamos vendo, de uma queda em toda a vacinação infantil neste País, nós temos de nos preocupar e eu espero isso do Poder Público.

Eu queria me despedir aqui, agradecer o espaço e dizer que eu também fico contente que a Câmara Municipal de São Paulo coloque o comprovante de vacinação. Todos, aqui presentes, apresentaram: o meu Colega, Vereador Digilio; o outro Parlamentar, Douglas, tenho certeza de que apresentou o seu comprovante de vacina para entrar na Câmara Municipal de São Paulo, porque esta é a regra. E sigo dizendo: nós vamos continuar lutando pela saúde da população brasileira, queiram grupos ou não.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Eu só quero deixar aqui bem claro, deixar bem registrado aqui que, desde a atuação do Prefeito Bruno Covas como também do Prefeito Ricardo Nunes, nós alcançamos quase 100% de vacinados, 9,8 milhões com a primeira dose; com a segunda dose, 9,4 milhões; e a terceira dose, 6,2 milhões. A questão da nossa audiência

pública aqui não é a vacina. Não existe ninguém, pelo menos eu e a maioria que tem falado aqui, ninguém está negando a vacina. Nós estamos aqui nos posicionando sobre a questão do passaporte vacinal, da obrigatoriedade e é essa a questão que eu quero me ater aqui.

Então, eu quero, aqui, parabenizar a Prefeitura de São Paulo, que é uma Cidade exemplar para todo mundo, mas a questão é a obrigatoriedade que é a restrição do direito de ir e vir.

Também se despedindo da Mesa o Deputado Douglas e depois eu passo para todos os inscritos.

**O SR. DOUGLAS GARCIA** – Muito obrigado. Quero agradecer ao Vereador, à Vereadora Sonaira também, por esta audiência muito importante. De fato, o passaporte sanitário é uma aberração. Ele é algo que infringe todos os direitos fundamentais das pessoas. É algo que precisa ser combatido e esta audiência pública foi, acredito, chamada para discutir justamente este tema: o passaporte vacinal.

Não há que se dizer que as vacinas são comprovadas cientificamente, como, infelizmente, foi afirmado pela Vereadora, uma vez que as próprias fabricantes disseram que ainda entregarão todos os estudos que estão sendo elaborados, no ano de 2023. Então, nós não podemos afirmar categoricamente que existe comprovação científica com relação aos estudos das vacinas, mas como o próprio Vereador disse aqui, nós não estamos discutindo se as pessoas devem ou não serem vacinadas. Quem quiser vacinar que se vacine, estamos discutindo o fato de que o Estado não pode ter o poder de obrigar as pessoas a se vacinarem, é algo absolutamente hostil, absolutamente cruel, principalmente em se tratando de uma vacina que ainda está em fase de testes.

Então, essa vacina como, por exemplo, quando foi divulgada a Coronavac, pelo menos, dizia que funcionaria em 100% dos casos moderados e 100% dos casos graves, e já tivemos aqui, pelo menos em setembro do ano passado, 17.512 pessoas morreram de Covid após tomar a segunda dose de vacina no Brasil. Então, não estamos discutindo com relação a própria eficácia, quem quiser tomar que tome, mas é absolutamente cruel, nefasto, hostil,

nojento, nazista, fascista e todos os adjetivos que vocês possam imaginar, obrigar as pessoas a se vacinarem com algo ainda experimental. Isso infringe todos os códigos de ética médica, principalmente o Código de Nuremberg. E temos que lutar para que as pessoas tenham os seus direitos preservados.

Parabéns, Vereador. Parabéns, Vereadora. Parabéns a todos aqueles que estão aqui lutando a favor da vida. E quando falo Vereadora, é a Vereadora Sonaira Fernandes e o Vereador Rinaldi Digilio, por esta audiência pública maravilhosa. Temos um PL Bruno Graf, na Assembleia Legislativa, que também está tramitando e se Deus quiser vamos aprová-lo, para que se faça presente nos 645 municípios do Estado de São Paulo. E acredito e torço a Deus para que o PL de V.Exa. avance aqui na Câmara Municipal paulistana também, afinal de contas é a minha Cidade, pela qual tenho muito carinho. Agradeço a todos pela oportunidade de estar aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado, Deputado, pela presença e colaboração. Agradeço a todos, porque o debate tem de ser o contraditório para avançarmos na política.

Está presente uma senhora e quero ouvi-la, a Sra. Regina Marchiori. Por favor, tem a palavra.

**A SRA. REGINA MARCHIORI** – Boa tarde, Vereador Digilio, todos os presentes, todos que nos ouvem, convidados, falo representando o mandato da Vereadora Juliana Cardoso. Desde 07 de janeiro de 2022, o passaporte da vacina é exigido em todos os estabelecimentos que promovem festas, bailes e outras atividades na cidade de São Paulo. Faz-se necessária a apresentação do comprovante com no mínimo duas doses da vacina contra o Coronavírus.

O mandato da Vereadora Juliana Cardoso entende que esta medida é válida e continua necessária devido à situação atual da pandemia por Covid-19, pela variante Ômicron, que de acordo com informações da Fundação Oswaldo Cruz, no quadro geral a taxa de casos por 100 mil habitantes é ainda considerada alta. Desculpe, a taxa de incidência se mantém acima de um caso por 100 mil habitantes, o que ainda é considerada alta, apontando com clareza que

é prematuro flexibilizar as medidas protetivas neste período.

Precisamos seguir com medidas adequadas para que essas melhoras não retrocedam. As esferas de governo e a população precisam manter os esforços coletivos, para que a queda das taxas de incidência continue, o que inclui, para além da vacinação e doses de reforço, a combinação com outras medidas de proteção, como o uso de máscaras, ventilação adequada e distanciamento físico nos espaços fechados.

O objetivo é reduzir os riscos da disseminação do vírus. Igualmente importante é o passaporte da vacina para viajantes que chegam ao Brasil, conforme determinou o STF, em dezembro de 2021, buscando evitar o risco de o Brasil tornar-se um destino antivacina. Essa medida também já tem história em outros locais, já tendo sido adotada por líderes de diferentes matizes políticas ao redor do mundo, como medida para frear a disseminação da Covid-19 e incentivar a adesão à campanha de imunização. É o caso de Israel, Portugal, Chile, França, Itália, Reino Unido e Grécia.

E também é bastante preocupante a publicação do decreto do Governador Doria, que coloca como opcional o uso de máscara em locais como vias públicas, parques, ambientes escolares abertos, shows e eventos ao ar livre. Precisamos compreender que não se trata de um atentado à liberdade e sim de cuidado e respeito à Saúde Pública, à saúde de todas as pessoas sem exceção. Vivemos em comunidade e devemos agir como tal, respeitando e valorizando a nossa vida e a vida de todos.

E aqui fica uma pergunta que na verdade seria para a gestão municipal, para a Secretaria de Saúde, como está a exigência do passaporte na Cidade e se o Conselho Municipal de Saúde está sendo informado, através da Coordenação de Vigilância em Saúde, como está se dando essa questão da exigência do passaporte.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado, Dona Regina Marchiori, representando a Vereadora Juliana Cardoso.

Estão encerradas as inscrições. Vou começar a chamar as pessoas inscritas que

estão de forma virtual. O primeiro inscrito, Luiz Antonio Ferreira Júnior, participante do Estalo Digital, está presente? (Pausa). A partir de agora todos terão três minutos. Segundo inscrito, Maria Helena de Souza, está presente? (Pausa). Terceiro inscrito, Deiseane da Silva, está presente? (Pausa). Vou chamando os nomes e quem estiver presente, vamos começar a contar o tempo. Quarto, Lidiana Fernandes. (Pausa). Quinto, Elizandra Emidio Andrade. (Pausa). A Lidiana Fernandes de Souza Amorim está presente? Parece que está presente. Liberem o áudio. Lidiana Fernandes, liga o microfone, por favor.

Bom, até entrar vou chamando os próximos, Sirlene da Silva Pereira, está presente? Sirlene da Silva Pereira. (Pausa). Outro inscrito, Josué Alexandre Soldera. (Pausa). Jéssica Mirana Neves.

**A SRA. JÉSSICA MIRANA NEVES** – Presente.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Por favor, é a Jéssica que está falando?

**A SRA. JÉSSICA MIRANA NEVES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – A palavra é sua por três minutos.

**A SRA. JÉSSICA MIRANA NEVES** – Primeiramente, muito obrigada por esta oportunidade de estar aqui, espero que todos estejam conseguindo me ouvir bem, sou aluna de graduação pela Universidade de São Paulo, esse seria meu último ano de graduação e estou impedida de frequentar a Universidade e de concluir os meus estudos, sendo que durante essa pandemia estava sendo feito o acesso remoto às aulas; agora, elas voltaram presencialmente e eles não aceitaram a minha justificativa médica alegando que a médica era de outro Estado e que a mesma médica havia emitido certificados semelhantes para pessoas que não podiam se vacinar, ou por opção, porque é sim um risco para a saúde, como as outras doutoras já pontuaram aqui, muito bem pontuado. Eu acredito que existe um grande conflito político por trás do que está acontecendo, uma vez que a vacinação não impede a transmissão e a contaminação também. Então o passaporte vacinal não faz o menor sentido. Eu estou tentando entrar em contato com diversos deputados, diversos médicos, para que eu consiga frequentar a universidade, consiga me graduar, porque isso é revoltante, ter que colocar a sua saúde em

risco. E eu não vou colocar a minha saúde em risco para eu me vacinar e conseguir esse tal desse passaporte pela minha liberdade, sendo que eu posso ter efeitos. Pode ser que eu não venha a óbito, mas eu posso ter algum efeito que vá denegrir totalmente a minha saúde, porque a Pfizer não se responsabiliza por nada; como já pontuaram aqui, as vacinas estão sim em testes e esses casos de pessoas que têm problemas de vacinação não vieram a público, as pessoas não estão sabendo disso, porque muitos dados ficaram ocultados, isso já foi publicado em uma série de jornais.

Então, eu só gostaria de dizer da minha revolta em relação ao que está acontecendo e expor que estou impossibilitada de concluir os meus estudos devido a algo que não faz o menor sentido e eu estou aqui para lutar pela liberdade, o meu direito de ir e vir.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Tem a palavra o Sr. Sidney Batista Coelho. Está presente? (Pausa). Tem a palavra a Sra. Lidiana Fernandes de Souza Amorim.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Está difícil, não estamos te ouvindo. Enquanto você tenta restabelecer o seu microfone, passo a palavra ao Sr. Josué Alexandre Soldera.

**O SR. JOSUÉ ALEXANDRE SOLDERA** – Boa tarde a todos. Sou da cidade de Louveira e queria expor aqui a minha revolta contra o passaporte vacinal. Na cidade de Louveira, chegamos ao absurdo de: eu que não sou vacinado não consigo entrar na Prefeitura Municipal de Louveira e preciso resolver várias coisas na Prefeitura e eu não posso entrar nesse órgão público, que é mantido pelos recursos da população. Eu não vou me sujeitar a... (Falha na transmissão.)

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Está picotando o seu áudio. Vou pedir para que se restabeleça. Parece que caiu o sistema aqui. Vamos lá, Sr. Josué.

**O SR. JOSUÉ ALEXANDRE SOLDERA** – Consegue me ouvir?

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Agora sim, foi um problema interno na Casa,

caiu a internet aqui. Então, continuando, Josué. Por favor.

**O SR. JOSUÉ ALEXANDRE SOLDERA** – Então, eu estava falando que eu me sinto segregado de várias formas por causa do passaporte vacinal. Não sei se saiu aí, a minha cidade proibiu a entrada na Prefeitura Municipal de quem não é vacinado e eu sou empresário e tenho que resolver várias coisas dentro da Prefeitura. É um absurdo, um lugar público, e estou vendo todo o meu direito constitucional sendo pisado, rasgado; e uma pressão enorme nas escolas para vacinar as crianças, não vou submeter meus filhos, ninguém vai se responsabilizar se acontecer alguma coisa; então, a minha revolta é essa. Não quero participar disso, passei toda a pandemia sem a vacina, super bem, eu e toda a minha família, ninguém foca nisso, fica só focando em vacina, mas eu foquei em melhorar meu sistema imunológico. Ninguém dá atenção a isso, ver como estão as suas vitaminas no seu corpo para você ter uma imunidade natural contra qualquer outra coisa, além desse vírus, em vez de vir querer fortalecer as indústrias farmacêuticas, que tudo isso é só dinheiro e controle social. Não quero me submeter a isso e não quero ter meus direitos constitucionais negados. Então, a minha revolta é essa. Queria pedir encarecidamente a quem toma conta disso que cancele o quanto antes esse passaporte vacinal.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado, Sr. Josué, pela sua participação. Tem a palavra a Sra. Lidiana Fernandes.

**A SRA. LIDIANA FERNANDES** – Gostaria de agradecer por essa oportunidade de nós, leigos, estarmos junto com médicas grandiosas, como a Dra. Akemi, Dra. Maria Emília, toda a bancada que está lutando pelo nosso direito. Se a gente vai falar de passaporte, de obrigatoriedade, não tem como não falar sobre a questão da eficácia.

Eu sei que é difícil para algumas pessoas entenderem isso. Está mais nítido, está claro, é algo que está perante os nossos olhos: a ineficácia e o quanto essas vacinas estão adoecendo as pessoas. Na minha casa, no ano de 2020, no pico da Covid, eu fui uma das pessoas que pegou Covid. Na minha cidade, havia somente dez pessoas com Covid, com o vírus, e eu fui a 11ª pessoa. O meu filho, o meu esposo, estavam com o sistema imunológico muito bom; nós estávamos fazendo já uma suplementação, só que eu estava com o meu sistema

imunológico muito ruim pelo fato de ter perdido um bebê há pouquíssimo tempo, menos de um mês. E o que aconteceu? O meu esposo, o meu filho, não pegaram Covid de mim. Dormimos juntos, convivemos, e não pegaram Covid de mim.

Agora, em 2022, o meu esposo, que é vacinado, tomou as duas doses da vacina, pegou Covid e ficou muito ruim. Então qual é a eficácia dessa vacina? “Ah, é leve, você vai pegar de forma leve”. Não. Eu moro na região de Ribeirão Preto e nós temos ao lado a cidade-teste, que o nosso Governador escolheu para que pudesse ser feita a inoculação de 100% da população, que é serrana. E nessas cidades serranas, nós tivemos agora, em 2022, praticamente um aumento de 80% dos leitos de hospitais com pessoas que tomaram três doses da vacina.

Essas pessoas moram onde chamamos popularmente de cidade dormitório, assim como a minha cidade. Elas simplesmente dormem nas casas e trabalham em Ribeirão Preto. A mesma coisa na minha cidade: saem daqui e ficam o tempo todo em Ribeirão Preto. Essas pessoas apresentam o passaporte vacinal quando elas vão adentrar os lugares públicos de Ribeirão Preto, até mesmo das cidades serranas, porque está sendo obrigado, e elas estão transmitindo para outras pessoas.

Então, qual o sentido de se obrigar a população a apresentar um papel dizendo que foi inoculado, só que esse papel não dá a garantia de que essa pessoa não vá transmitir o vírus, que pode estar correndo no corpo dela e ela vai transmitir a outras pessoas vacinadas, ou não.

Eu acho que o intelecto das pessoas está tão pequeno, porque escutar uma Vereadora como essa que nós escutamos que infelizmente não está aqui para ouvir, ela deveria estar, como todos os Parlamentares, nem que fosse *on-line*, se tivesse realmente interesse na Saúde. E me desculpe, eu não quero ser invasiva, ser agressiva, de forma alguma, mas se é algo de interesse público realmente deveriam estar todos os Parlamentares presentes, todos os Vereadores, para escutar o que nós temos para dizer.

Eu tenho pessoas da minha família, pessoas da minha convivência, que após tomarem a vacina tiveram AVC, tiveram trombose. Eu tenho uma amiga de 21 anos de idade que após a terceira dose teve uma parada cardíaca.

Então, para concluir: é inaceitável que nós sejamos obrigados, vendo tantos casos próximos a mim. Eu não tenho casos de pessoas – por exemplo, crianças – que faleceram por Covid, mas eu tenho casos próximos de crianças que faleceram por serem inoculadas. E isso me assusta, e isso faz com que eu lute pela liberdade de não inocular o meu filho.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado pela participação.

Tem a palavra o Sr. José Donizete da Silva. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Sidney Batista Coelho. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Mário Hellstein (Pausa). Está presente? (Pausa). Eu não sei se vou pronunciar certo o nome, mas é Raoimê Christie. Está presente? (Pausa). Tem a palavra o Sr. Cláudio Jacinto Bueno Pereira. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Lupércio Lopes. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Rodrigo Lima Mendonça. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Meire Paula Polvas. (Pausa). Está presente? (Pausa). Tem a palavra a Sra. Camila Goez Duarte. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Claudinéia Maria da Silva Moreira. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Ney Vieira da Fonseca Filho. (Pausa). Está presente? (Pausa). Tem a palavra o Sr. Marcelo Honório Rego. Está presente?

**O SR. MARCELO HONÓRIO REGO** – Sim, estou aqui. Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Marcelo, a palavra é sua.

**O SR. MARCELO HONÓRIO REGO** – Obrigado.

Meu nome é Marcelo Honório, eu sou gestor portuário em desenvolvimento de novos negócios. Eu tenho um filho de 15 anos, uma filha de 24 anos. Eu sou acadêmico. E eu queria ir no cerne da questão.

Esses medicamentos que estão sendo inoculados nas pessoas não foram aprovados, ainda estão em teste. Então não se pede um passaporte sanitário para isso.

O que acontece: se houver esse passaporte sanitário, que eu espero que não aconteça, porque é uma violação enorme da Constituição, dos direitos de ir e vir dos cidadãos, mas que então seja aplicado em todos os locais... Tudo bem, o local é para duzentas pessoas e precisa de um passaporte. Está ok. Um ônibus, um metrô, tem quinhentas pessoas, tem mil

pessoas? Tem que ter também. Então tem que haver essa equivalência.

Outra coisa: você vê que os índices para crianças sempre foram baixíssimos lá no começo, quando não havia interesse em inocular as crianças. Aí, de repente, os índices começam a se alterar. De repente, vem uma segunda onda; vem uma eleição, e tudo para; e depois vem uma segunda onda. E as coisas vão acontecendo ao sabor dos políticos.

Então o maior pedido que eu quero fazer é que retirem a política da questão de saúde. Deixa quem é responsável por saúde. E quem é responsável por saúde com raiz na saúde, preocupado, que fez o juramento de Hipócrates, que juramentou e que se preocupa com o ser humano, porque tem muito dinheiro envolvido nisso. E foram criados muitos postos, muitos cargos. Tem gente fiscalizando, tem um monte de pessoas que estão sendo alçadas a especialistas na questão, sendo que só tem um título. Às vezes, nunca saiu de dentro de uma sala, não foi a um hospital, não foi a uma vila, a um local pequeno. E, principalmente, que sejamos respeitados.

Eu mesmo já estou pensando em mudar de Estado. Mas eu tenho essa condição. E quem não tem essa condição de mudar de Estado, como é que fica? Entendeu?

E eu sempre tive a Constituição como regra máxima desde novo. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Eu sempre tive o meu direito de ir e vir. Hoje eu não consigo ver isso.

Fala-se tanto da vacina, da vacina. Quantos foram vacinados? Sou vacinado, meus filhos foram vacinados sempre. Só que eu não vou colocar um produto... E isso daí eu estou falando como consumidor: eu não vou colocar um produto que não me garanta que eu não vou ter nenhum problema depois. Eu tenho amigos que trabalham com epigenética. E na epigenética a gente consegue estar vendo os índices nutricionais das pessoas. A maior parte das pessoas que foram vacinadas tem índices de metais que pessoas que não foram vacinadas não têm.

Então eu queria que a coisa fosse mais séria. Para começar, “vamos achatam a curva”. Tudo bem, começamos a usar a máscara, passar álcool em gel. Achatou a curva, continuaram a máscara e o álcool gel. Então funciona ou não funciona? E você fica nesse jogo. E jogo de interesses também políticos. É muito dinheiro rodando. Tem muita grana rodando. E a

gente sabe de onde vem essa grana. Quem tem um mínimo de informação sabe quem está colocando dinheiro em determinados profissionais, em determinados partidos. Isso daí eu não vou falar porque é claro, basta ver quem está sendo beneficiado e ver quem que não pode falar. Quer saber quem manda em você? Veja quem pode falar.

O meu filho não foi vacinado. Ele tem 15 anos. Não pretende se vacinar. Quer dizer, eu dei todas as vacinas do calendário, e não pretendo dar nenhum medicamento que não tenha sido aprovado, que não tenha respaldo, que a companhia que está me vendendo esse medicamento... ah, porque falam que é de graça, “Ah, vem pelo Governo, é de graça”. Não é, está sendo pago isso. E quando eu pago por alguma coisa eu tenho que ter garantia. Se eu não tenho garantia, eu não vou fazer isso com o meu filho.

A minha filha, não, ela tem 24 anos, ela trabalha. Se ela não tivesse tomado a vacina, ela não teria acesso aos locais que ela precisa para trabalhar; e nem ao estudo.

Então eu peço um pouquinho de respeito pelo cidadão porque é uma situação que estamos vivendo que estamos vendo que tem muita gente colocando dinheiro à frente da dignidade da pessoa. E eu, como cidadão, como paulistano, exijo o meu direito de ir e vir.

Acabei de passar férias com os meus filhos que foram horríveis. Eu não pude ir para lugar nenhum, tive que ficar trancado dentro de casa. Os problemas psicológicos que estão sendo gerados por essa... E eu não falo pandemia, porque também a gente tem que entrar nos números. Esses números não são pandêmicos. Pandemia teria que ser muito mais do que isso.

Então, infelizmente, a gente está sendo tolhido, as nossas liberdades estão sendo cortadas. E isso daí os Vereadores acham normal.

Você vê o cara que colocou o passaporte sanitário. Vai ver o histórico dele. Vamos ver o que ele fez de bom para o povo. Vamos ver quais foram as propostas. A gente tem que participar mais da política, gente. Por favor, vamos nos unir e vamos estar presentes...

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Obrigado pela sua participação.

**O SR. MARCELO HONÓRIO REGO** – Agradeço. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Rinaldi Digilio)** – Tem a palavra a Sra. Sheila Soprano

Gomes. (Pausa). Tem a palavra o Sr. Juarez Farias. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Elisângela Pereira Batista. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Luana Lopes Matos. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Maglene Dias. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Juliana Gonçalves da Silva. (Pausa). Tem a palavra a Sra. Ana Maria da Cruz. (Pausa).

Bom, todos os inscritos foram chamados, muitos não compareceram. Então, desde já, quero agradecer a todos os participantes, àqueles que colaboraram para o debate, tanto a favor como contra a obrigatoriedade desse passaporte.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada essa audiência pública.

Obrigado a todos e boa tarde.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO**

REUNIÃO: **19065** DATA: **16/03/2022** FL: **33** DE 33

---